

# O que fazer para reformar o Senado?

*CRISTOVAM BUARQUE*

**A**S MEDIDAS para enfrentar a crise do momento não serão suficientes sem mudanças na estrutura do Senado. Pelo menos 26 medidas seriam necessárias para mudar a forma como essa Casa trabalha.

## **Redução do mandato para quatro anos**

O mandato de oito anos é suficientemente longo para que o senador se acomode entre duas eleições. Um prazo de quatro anos, como os demais parlamentares, é o prazo máximo que deve ter o mandato do senador.

## **Proibição de mais de uma reeleição**

Todo parlamentar deve ter a possibilidade de disputar apenas uma reeleição para o mesmo cargo. Com isso, propicia-se uma maior dinâmica de renovação e aproxima-se a atividade política de uma função e não de uma profissão. O mesmo deveria valer para todos os demais cargos eleitos, não apenas na política, mas também nas entidades sociais, como sindicatos, clubes esportivos etc.

## **Exigência de renúncia para o senador que for ocupar cargo no Executivo**

O atual sistema em que o parlamentar apenas pede licença para ocupar cargo no Executivo acabou com a independência entre os Poderes. Nomeando parlamentares como secretários ou ministros, o Executivo de fato é quem nomeia os suplentes, e todos são demissíveis pelo presidente governadores ou prefeitos no momento em que esses decidirem. Deve valer para os ministérios o que vale para o Banco Central: para ocupar sua presidência, o parlamentar deve renunciar ao cargo.

## **Candidatura independente**

Na atual situação do quadro partidário brasileiro, em que os partidos são apenas clubes eleitorais, deve-se permitir a candidatura avulsa de candidatos aos cargos majoritários, mesmo sem um partido que os suporte. Para isso, o candidato deve apresentar-se com o aval, subscrito, de um mínimo de 2% dos eleitores que o indicariam, no lugar da indicação por um partido. Essa é a maneira de evitar o boicote de bons nomes, pelas direções partidárias, e de permitir um debate mais aberto, contando-se com pessoas da sociedade, com prestígio, mas sem simpatia por qualquer partido.

## **Apresentação de compromisso por candidato**

Cada candidato deve apresentar um conjunto de compromissos aos quais

estará vinculado durante seu mandato. Se trair qualquer desses compromissos, a Justiça Eleitoral ou um mínimo de 2% dos eleitores pode pedir que ele seja submetido a um plebiscito sobre a continuação de seu mandato. Esse plebiscito pode ser realizado por ocasião da eleição seguinte para prefeito.

### **Obrigatoriedade de todo partido lançar candidato a cargos executivos**

Só com essa obrigação é possível combinar a liberdade total dos partidos, sem necessidade de cláusula de barreira, ao mesmo tempo que se elimina a legenda de aluguel. As alianças seriam possíveis no segundo turno, não no primeiro.

### **Impedimento de disputar eleição seguinte à renúncia ou cassação do cargo**

Todo político que deixar de cumprir seu mandato fica impedido de disputar a eleição seguinte. Isso valeria para impedir que governadores, prefeitos e presidente possam largar o cargo seis meses antes para disputarem eleições ainda durante o período previsto para seus mandatos.

### **Acabar com o voto de liderança**

Atualmente, a maior parte das decisões tomadas no Senado é feita sem que os senadores votem. O presidente da Mesa diz apenas que há votos suficientes pelo acordo feito pelos líderes, e os senadores presentes nem sabem o que foi aprovado. Foi assim que tantas decisões foram tomadas sem conhecimento dos senadores. É preciso que cada votação seja feita com o voto presente de cada um deles.

### **Fim do voto secreto**

É preciso que o voto seja transparente. O eleitor tem o direito de saber em que votou seu representante no Senado. Essa proposta já está em processo há meses e pode demorar anos. A recuperação do Senado exige sua aprovação rápida.

### **O título de “senador” seria substituído por “senador-representante do Estado”**

Ao votar para deputado, vereador, senador, o eleitor sente que está dando um emprego para algum político, não tem a sensação e a responsabilidade de estar escolhendo quem será o seu representante. A substituição do título provoca uma mudança no comportamento do eleitor ao saber que está elegendo o seu “representante-do-eleitor”, o seu “representante-do-Estado”.

### **Permanência no Plenário**

Atualmente, o senador parlamenta durante apenas 40% do seu tempo; em 7% do tempo desloca-se para alguma parte, e fica 53% fora do Senado, no Estado que representa ou em outra parte. Isso mata a atividade parlamentar; no mínimo ela fica moribunda. Para que o exercício de sua atividade traga os resultados esperados, é preciso que o parlamentar fique no Senado, parlamentando com seus

pares. Por isso, o Senado deve determinar um mínimo de três semanas por mês com sessões ordinárias, sem possibilidade de faltas, e apenas uma semana por mês livre para atender às suas bases eleitorais. Essa mudança de calendário alteraria radicalmente o comportamento e os resultados do trabalho no Senado.

### **O fim da ajuda de aluguel e do crédito para quatro passagens por mês**

No sistema atual, uma passagem por semana e ajuda de aluguel, fica impossível o mês completo de sessões ordinárias. A solução é voltar ao antigo sistema de apartamentos funcionais com garantia de passagem duas vezes por ano para a família mudar-se para Brasília, como antes acontecia, e uma vez por mês para o senador visitar suas bases.

### **Criar a fidelidade plena**

Manter a atual lei de fidelidade ao partido pelos parlamentares e criar a lei de fidelidade do partido ao eleitor. Da mesma forma que o parlamentar hoje perde o mandato se mudar de partido, é preciso que o partido perca seus direitos se mudar de lado depois das eleições.

### **Fim de todo privilégio**

Como qualquer outro trabalhador no setor privado e público, ao senador devem ser asseguradas todas as condições para que exerça sua função, mas essas condições não devem incorporar privilégios que outros trabalhadores não têm.

### **Reajustes dignos de salários**

Não é digno que os parlamentares tenham reajustes salariais, decididos por eles próprios, acima dos que são concedidos aos demais servidores públicos do país. Por isso, deve prevalecer a regra de que os reajustes dos salários dos parlamentares nunca devem exceder o dos servidores públicos em geral no mesmo período e jamais superiores à metade dos reajustes dos servidores nas áreas da educação e saúde.

### **Financiamento público de campanha**

Seria inadmissível que a Justiça Eleitoral fosse financiada com recursos de contribuições privadas. De acordo com o *síte* Contas Abertas, a Justiça Eleitoral tem previsto para este ano R\$ 4,2 bilhões. Mas o Brasil tolera que as campanhas sejam financiadas com recursos privados, criando a base de toda forma de corrupção posterior. A democracia exige o fim do poder paralelo que surge sob a forma de contribuições às campanhas de candidatos escolhidos pelos setores poderosos da economia. A solução é criar o Fundo Público que distribuiria igualmente os recursos para cada candidato, proporcionalmente ao número de eleitores de cada unidade eleitoral.

### **Cassação dos que usarem recursos extras**

Com o Fundo Público, o uso de caixa dois deve ser punido com a cassação e a perda dos direitos políticos por oito anos para os eleitos e a perda dos direitos políticos por igual período para aqueles que não forem eleitos.

### **Fim do *marketing* eleitoral**

Para que haja o Fundo Público, sem pesar demais sobre o Orçamento, é preciso acabar com os sistemas de *marketing* que transformaram as eleições em um mercado de venda de produtos. Os horários eleitorais devem se limitar à apresentação do próprio candidato, sem a intermediação de efeitos especiais que caracterizam a eleição de hoje, que se tornaram mais uma disputa entre empresas de publicidade do que entre candidatos a cargos públicos.

### **Quebra de decoro para os eleitos que não usarem os serviços públicos de educação para seus filhos**

Ao se apresentarem para as eleições, os candidatos devem saber as obrigações que lhes cabem no exercício da atividade para a qual foram eleitos. Sendo eleito para zelar pelo interesse público, será considerado falta de decoro o parlamentar colocar seus filhos na escola particular, protegendo-se assim da educação pública que ele não cuida.

### **Declarações de renda na malha fina**

Para evitar ilegalidades que alguns podem cometer e ajudar outros a não cometerem erros, todas as declarações de renda de pessoas com mandato eletivo passariam obrigatoriamente pela malha fina da Receita Federal.

### **Comissões para promover transformações nacionais**

O trabalho do Senado é feito em comissões por setores, de sociedade, agricultura, educação etc., não de acordo com problemas nacionais. Em um tempo de transformações, é preciso que o Senado se organize também por comissões que busquem fazer as transformações socioeconômicas que o Brasil e o mundo precisam, como comissões para: i) induzir a revolução educacional; ii) enfrentar as desigualdades sociais e regionais; iii) implantar um modelo de desenvolvimento sustentável como forma de impedir as crises ecológicas; iv) transformar a atual rede de proteção social em uma escada de ascensão social; v) construir uma economia do conhecimento.

### **Redução no número de parlamentares**

É preciso estudar a possibilidade de reduzir o número de senadores para dois por Estado e o número total de deputados para um número inferior a 400, o que poderia dar uma dinâmica melhor para o funcionamento dessas duas Casas.

### **Política como função voluntária**

Considerar a proposta de iniciativa popular que propõe, para as cidades com número reduzido de eleitores, substituir o trabalho remunerado do vereador pelo trabalho voluntário de conselheiro municipal.

### **Separar as eleições federais das eleições municipais**

Os deputados estaduais seriam eleitos na mesma eleição dos vereadores e prefeitos. Com isso, as eleições federais podem permitir um debate mais amplo dos interesses nacionais, enquanto as outras eleições teriam finalidades mais locais.

## **Incorporação dos novos recursos da internet na transparência e na tomada de decisões**

Além da contabilidade em tempo real, o Senado precisa utilizar a opinião pública, também em tempo real, no debate de ideias, na sugestão de projetos de lei, na discussão das votações. Isso já é possível por uma combinação de instrumentos disponíveis nas redes de internet.

### **A revolução na Educação**

Todas essas mudanças podem trazer uma situação completamente diferente para a atual desmoralização do Senado. Mas nada será suficiente se não fizermos no Brasil uma revolução educacional que assegure a todo brasileiro concluir o Ensino Médio com o máximo de qualidade que o mundo atual exige.

Brasília, 23 de setembro de 2009.

*Cristovam Buarque* é senador da República pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo Distrito Federal (DF). Foi reitor da Universidade de Brasília (UnB), governador do Distrito Federal e ministro da Educação. @ – cristovam@senado.gov.br

Texto recebido em 21.9.2009 e aceito 25.9.2009.